



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 504/11

Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação Casa de Apoio Novos Caminhos, com sede e foro no Município de Palmital.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Casa de Apoio Novos Caminhos, com sede e foro no Município de Palmital.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 09 de agosto de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 505/11

Ementa: Declara de Utilidade Pública a Academia Mouraoense de Letras.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Academia Mouraoense de Letras, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 09 de agosto de 2011.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR



DEP. MARA LIMA
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D.L.

Fls 04

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 28 FEV. 2011

Mara Lima
1º Secretário

PROJETO DE LEI 102 / 11

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PARANÁ	
PROTOCOLADO Nº	4399
EM	02/03/2011
FUNDACIONÁRIO	

SÚMULA

Altera e revoga dispositivos da Lei n.º 16.075, de 01 de abril de 2009, conforme especifica.

Art. 1º. O art. 2º da Lei n.º 16.075, de 01 de abril de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. Os estabelecimentos que revendem os produtos a que se refere o caput do artigo anterior ficam obrigados a disponibilizar aos consumidores o serviço de recolhimento dos referidos produtos.

§ 1º. O serviço deve ser disponibilizado através da manutenção de um recipiente, em local visível, no próprio estabelecimento, com a indicação de que é destinado para recolher produtos que contenham metais pesados.

§ 2º. O descumprimento do estabelecido no caput deste artigo sujeitará ao infrator as seguintes sanções:

I – advertência por escrito na primeira infração;

II – multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) na segunda infração, aplicada em dobro nos casos de reincidência."

Art. 2º. O art. 3º da Lei n.º 16.075, de 01 de abril de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º. Os fabricantes de produtos que trata a presente lei, e seus respectivos representantes comerciais, estabelecidos no Estado do Paraná, serão responsabilizados pela adoção de mecanismos adequados para reciclagem ou destinação final de seus produtos descartados pelos consumidores, sem causar prejuízo ambiental, ficando obrigados a procederem o recolhimento do material descartado nos estabelecimentos de revenda.

Parágrafo único. O descumprimento do estabelecido no caput deste artigo sujeitará ao infrator a seguinte sanção:

I – multa no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) na primeira infração, aplicada em dobro nos casos de reincidência."

Art. 3º. Fica revogado o art. 4º da Lei n.º 16.075, de 01 de abril de 2009.



Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21 de fevereiro de 2011.


CANTORA MARA LIMA
Deputada Estadual

JUSTIFICATIVA

Apesar da Lei n.º 16.075, de 01 de abril de 2009, que *"Proíbe o descarte de pilhas lâmpadas fluorescentes, baterias de telefone celular e demais artifícios que contenham mercúrio metálico em lixo doméstico ou comercial, conforme especifica e adota outras providências"*, ser relativamente recente, fora estabelecida uma pena muito branda aos infratores que não cumprem a referida lei, logo, tomou-se tenra sua efetiva funcionalidade.

Em seu art. 4º, a lei prevê a seguinte penalidade:

"Art. 4º. Aos estabelecimentos que não cumprirem esta lei será aplicada uma multa de 500,00 (quinhentas) UFIRs, valor que será dobrado em caso de reincidência."

Apesar da lei trazer em seu texto a punição aos infratores, por ora modificamos dois artigos e suprimimos um outro, incorporando assim punições mais específicas ao descumprimento da legislação.

O vendedores finais destes produtos terão, antes da penalidade propriamente dita, uma advertência por escrito para se adequarem, caso isso não ocorra, haverá aplicação de multa em espécie. Os fabricantes do produto e seus representantes comerciais, por sua vez, serão punidos diretamente com multa de valores, pois compete a eles ofertar e estabelecer as condições do recolhimento destes materiais danosos ao meio ambiente.

Sabemos que se não houver a contrapartida da população, pouco adiantarão esforços para minimizar que estes produtos acabem em aterros comuns, poluindo ainda mais o meio ambiente, mas com o estabelecimento de punições mais severas, certamente os revendedores destes produtos deixarão mais visíveis os compartimentos para depósito destes produtos, culminando assim na ação positiva pelos consumidores em descartar de forma correta as pilhas, lâmpadas fluorescentes, baterias de telefone celular, entre outros.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 102/11

Projeto de Lei nº 102/11

Autora: Dep. Cantora Mara Lima

Súmula: Altera e revoga dispositivos da Lei nº 16.075, de 01 de abril de 2009, conforme especifica.

EMENTA: MEIO AMBIENTE. ALTERA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI 16.075/09, QUE DISPÕE SOBRE DESCARTE DE PILHAS E DEMAIS ARTEFATOS QUE CONTENHAM MERCÚRIO METÁLICO. OBJETIVO DE IMPOR PENA MAIS RIGOROSA AOS INFRATORES QUE NÃO A CUMPIREM. POSSIBILIDADE. INICIATIVA LEGISLATIVA AFERIDA. ARTS. 24 E 225 CF. ART. 65 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DO SUBSTITUTIVO GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de iniciativa da Deputada Cantora Mara Lima, visa alterar e revogar dispositivos da Lei nº 16.075, de 01 de abril de 2009, que dispõe sobre o descarte de pilhas e demais artefatos que contenham mercúrio metálico, tendo em vista que a referida Lei estabelece uma pena muito branda aos infratores que não a cumprirem, tornando tenra sua efetiva funcionalidade.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

É de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal dispor sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição, responsabilidade por dano ao meio ambiente, conforme o artigo 24, incisos VI e VIII, da Constituição Federal, determina:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; (Grifos nossos)

Além disso, a Carta Magna determina que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, vejamos:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

Ademais, verifica-se que a nobre legisladora estadual detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. [Grifo nosso]

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Ainda, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais.

Nada obstante, a legisladora estadual ao propor no presente projeto de lei a fixação de valores pecuniários em lei, forçará a Lei ser reformada em curto lapso temporal, visto que a ação da inflação e desvalorização monetária, forçarão aumentos de tais sanções.

Assim, com o objetivo de sanar o vício supramencionado, bem como proporcionar uma melhor redação e técnica legislativa ao Projeto de Lei ora em tela, propõe-se o seguinte substitutivo geral, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III – apresentar substitutivos, emendas e subemendas.
(grifos nossos)

Neste sentido, dispõe o art. 137, §2º do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo geral quando abrange o seu conjunto.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa, na forma do **SUBSTITUTIVO GERAL** em anexo.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2011.






DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE



DEPUTADO CAÍTO QUINTANA

RELATOR



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 102/2011

De acordo com o que determina os artigos 29 e 137, §2º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, passa o Projeto de Lei nº 102/11 a contar com a seguinte redação:

SÚMULA: Altera e revoga dispositivos da Lei nº 16.075, de 01 de abril de 2009, conforme especifica.

Art. 1º. Dá nova redação ao artigo 2º da Lei nº 16.075, de 01 de abril de 2009, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º (...)

§1º. O serviço deve ser disponibilizado através da manutenção de um recipiente, em local visível, no próprio estabelecimento, com a indicação de que é destinado para recolher produtos que contenham metais pesados.

§2º. O descumprimento do estabelecimento no caput deste artigo sujeitará ao infrator as seguintes sanções:

I – advertência por escrito na primeira infração;

II – multa no valor de 8 (oito) UPF/PR – Unidade Padrão Fiscal do Paraná.

Art. 2º. Dá nova redação ao artigo 3º da Lei nº 16.075, de 01 de abril de 2009, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º. Os fabricantes de produtos que trata a presente Lei, e seus respectivos representantes comerciais, estabelecidos no Estado do



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Paraná, serão responsabilizados pela adoção de mecanismos adequados para reciclagem ou destinação final de seus produtos descartados pelos consumidores, sem causar prejuízo ambiental, ficando obrigados a procederem o recolhimento do material descartado nos estabelecimentos de revenda.

Parágrafo único. O descumprimento do estabelecido no caput deste artigo sujeitará o infrator a seguinte sanção:

I – multa no valor de 16 (dezesseis) UPF/PR – Unidade Padrão Fiscal do Paraná, aplicada em dobro nos casos de reincidência.

Art. 3º. O artigo 5º da Lei 16.075 de, 01 de abril de 2009, fica renumerado como artigo 4º.

Art. 4º. O artigo 6º da Lei 16.075 de, 01 de abril de 2009, fica renumerado como artigo 5º.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



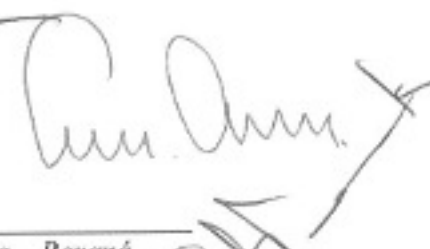

Sala das Comissões, 26 de abril de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO CAIO QUINTANA

RELATOR





Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 102/2011 DA COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

AUTORIA: DEPUTADA CANTORA MARA LIMA

SÚMULA: ALTERA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI N. 16075, DE 01 DE ABRIL DE 2009, CONFORME ESPECIFICA

EMENTA: PROJETO QUE APENAS ALTERA AS PUNIÇÕES EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DA LEI N. 16075/2009. PARECER FAVORÁVEL.

I. RELATÓRIO

O presente parecer tem por objeto a análise do Projeto de Lei n. 102/2011, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima, o qual altera e revoga artigos da Lei n. 16075/2009.

II. VOTO

Inicialmente, cumpre gizar que a teor do artigo 33, Parágrafo 12 do Regimento Interno da Casa, cabe à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente manifestar-se sobre as proposições relativas à disciplina das atividades



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO

Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

humanas que interfiram ou alterem o meio ambiente, as que visam à conservação da natureza e evitem a depredação dos recursos naturais.

Neste sentido, o Projeto de Lei em análise visa alterar e revogar artigos da Lei n. 16075, a qual proíbe o descarte de pilhas, lâmpadas fluorescentes, baterias de telefone celular e demais artefatos que contenham mercúrio metálico em lixo doméstico ou comercial.


O artigo 2 estabelece que os estabelecimentos que revendem os produtos, devem disponibilizar serviço de recolhimento e manutenção de recipiente apropriado para os produtos, em local visível, sob pena de advertência e no caso de reincidência, multa em valor fixo dobrado a cada reincidência.

No caso do artigo 3, para os fabricantes de produtos e representantes comerciais, a quem cabe adoção de mecanismos de reciclagem ou destinação final sem prejuízo ambiental, também há previsão de multa fixa, em valor maior que o previsto para os revendedores de produtos, dobrada a cada reincidência.

Em análise pela CCJ, esta apresentou uma emenda, apenas no que toca a fixar a multa em 8 e 16 Unidades Padrão Fiscal do Paraná e renumerar artigos.

A Deputada proponente justifica o projeto, tendo em vista a necessidade de impor sanção mais rígida para os casos de descumprimento da norma. Assim, propôs tão somente a modificação de dois artigos e suprimiu outro, incorporando punições mais específicas para o caso de descumprimento.

Por certo, a proteção ao meio ambiente, conforme prevê a lei que se pretende alterar, trata de competência de todos os entes públicos e direito dos cidadãos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO

Estado do Paraná

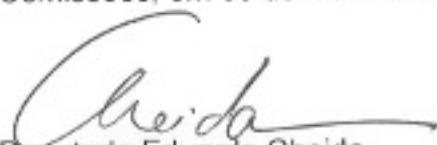
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

No caso, o projeto de lei apenas procura aperfeiçoar a norma já existente, sem atingir sua estrutura e objetivos, modificando a forma de sanção para os transgressores da norma.

III. PARECER

Assim sendo, tendo em vista que o Projeto de Lei em epígrafe não contraria a lei já existente e atende o interesse público, sendo apenas uma forma de tornar a lei mais prática e efetiva, somos favorável à aprovação do projeto de Lei por essa Comissão, com a emenda proposta pela CCJ, inclusive.

Sala das Comissões, em 03 de maio de 2011



Deputado Eduardo Cheida
Presidente



Deputado Hermas Junior
Relator





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 102/11

O presente projeto de lei de autoria da Deputada Mara Lima, tem por objetivo alterar e revogar dispositivos da Lei nº 16.075 de 1º de abril de 2009.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, na forma do Substitutivo Geral, e da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

Este assunto vem sendo de grande interesse às pessoas, devido ao fato de utilizar no seu dia-a-dia pilhas, lâmpadas fluorescentes, baterias de telefone celular e demais artefatos que contem mercúrio metálico, e, não saber que fim dar quando se chega ao final da vida útil destes produtos. Essas substâncias resistem a vários processos de tratamento convencional de água, tornando assim, prejudicial ao meio ambiente.

A referida lei já estabelecia quais produtos deveriam ser recolhidos e por quem. Este projeto veio somente estabelecer o valor punitivo, em caso de descumprimento por parte do agente coletor.

Desta forma, chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos ser a matéria meritória e por **não haver óbice**, exaramos parecer pela normal tramitação do presente Projeto de Lei.

Assim, somos por sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2011.


DEPUTADO ANDRÉ BUENO

PRESIDENTE


DEPUTADO NEY LEPREVOST

RELATOR





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Kielse

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Parecer ao Projeto de Lei n. 102/2011

Com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, na forma do Substitutivo Geral, de Ecologia e Meio Ambiente, e de Indústria e Comércio, veio o Projeto para parecer desta Comissão de Defesa do Consumidor:

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná prevê em seu artigo 33 que:

Art. 33. Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

§ 14 À Comissão de Direitos Humanos, da Cidadania e de Defesa do Consumidor compete: manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que tenha como objeto a criação, regulamentação ou extinção de direitos individuais e coletivos relativos à pessoa humana e à cidadania, especialmente os instituídos pelo art. 5º da Constituição Federal; bem como sobre as proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos; manifestar-se sobre proposições e assuntos relativos à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor. (grifo nosso).

Sendo assim, propõe a Deputada Cantora Mara Lima a majoração da multa a ser aplicada aos estabelecimentos que revendem e, também, aos fabricantes de "pilhas, lâmpadas fluorescentes, baterias de telefone celular e demais artefatos que contenham mercúrio metálico" que venham a descumprir com o disposto na Lei 16.075/2009, que proíbe seu descarte em lixo doméstico ou comercial e adota outras providências no sentido de facilitar este descarte ao consumidor.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Kielse


Assim, estando mantido o objetivo da Lei e tão somente aumentando o valor da multa a ser aplicada em caso de descumprimento, é de se considerar vantajosa ao consumidor a alteração proposta, uma vez que, confere maior amplitude ao caráter pedagógico da medida legislativa.

Observa-se especificadamente que trata-se de uma questão de grande relevância social, em que deve haver a orientação e conscientização dos consumidores sobre a importância do descarte adequado de material tóxico.

É, assim, o parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei 102/2011.

Sala das Comissões, 11 de julho de 2011.


KIELSE
DEPUTADO ESTADUAL
RELATOR


DEPUTADO PARANHOS
Presidente da Comissão de Defesa de Consumidor